

# A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARANENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

## A propósito do "9 de Abril,"

Muita gente supõe que a União Sagrada, em Portugal, foi feita para promover a nossa intervenção na Grande Guerra.

Semelhante ponto de vista é profundamente errado, — posso assegurá-lo por mim e, embora sem procuração para tanto, julgo-me habilitado a fazer identica afirmação por parte dos homens que mais contribuíram para esse movimento de nobre e alto patriotismo.

De facto, nós tivemos um objectivo próximo e imediato: garantir Portugal, salvaguardando o seu futuro, contra investidas mais do que prováveis e que de longa data se vinham anunciando.

Sem dúvida que o nosso culto pela Liberdade e o desejo de contribuir para a emancipação do mundo, ameaçado da mais odiosa das opressões, alvoroçou o nosso sangue, despertando todas as nossas energias. Claro é que um imperioso dever de aliados nos determinava acompanhar, sem hesitações, a Inglaterra, desde o momento em que a velha aliada reclamou a nossa colaboração efectiva nos campos de batalha.

Entretanto o que prevaleceu sempre no espírito dos homens que, nessa época, foram os condutores da opinião portuguesa, por estas palavras se pode traduzir: defender Portugal das cobiças e dos ultrages alheios.

Conseguiu realizar-se essa aspiração? Não completamente, decerto. Mas a culpa cabe inteira, a quem, depois da nossa intervenção na guerra, perturbou a marcha normal dos acontecimentos. E ainda assim conseguimos definir uma situação no conceito das nações, e se até hoje, não sofremos algum duro enxovalho, devemos esse benefício, não ao acaso ou à sorte, mas ao sangue que os nossos soldados tão heroicamente derramaram nos campos de Africa e da Flandres.

Ninguém ignora, já, hoje, que, nos corredores de Versailles, se chegou a dizer a representantes dos nossos que, tendo nós de perder fatalmente algumas das nossas colónias, mais proveitoso seria negociá-las, desde logo, a dinheiro de contado.

O patriotismo dos nossos delegados severamente repeliu semelhante proposta, castigando a audácia de quem a fez. E, sempre, o argumento final e conclusivo, perante o qual, como de encontro a um dique, se detinha o extravasar de apetites insofridos, era a lembrança do nosso sacrifício consumado pelo heroísmo de um exército, cujos actos corresponderam inteiramente às suas tradições gloriosas.

A história da nossa intervenção na Grande Guerra não está feita! Ela mesmo só se fará, sem refulgos e sem azedumes, mais tarde, quando se acalmarem as paixões e os homens possam ser vistos a uma perspectiva de imparcialidade e justiça. Por agora, em todo o caso, uma verdade indiscutível está assente e servirá de elemento fundamental à crista futura: — os nossos soldados não derramaram o seu sangue generoso debalde, e a Pátria pode dar por bem empregados os dias de cruel ansiedade que sofreu, porque, mercê de essas horas, ainda temos vida independente, sem tutelas nem mutilações...

Infelizmente o nosso esforço perdeu-se em parte. Mas isso é também dos desígnios da História, porque aconteceu em todos os tempos. Sempre as mãos inábeis ou tumultuosas dos homens defraudaram, em mais ou em menos, a obra que as Raças dolorosamente amassaram com sangue.

Lisbõa, 1928.

António José d'Almeida.

## O 9 de Abril

A não ser aquela festa inter-paredes do nosso quartel, a comemoração do "nove de Abril," passou quasi desaparecida.

Nem dois minutos de silêncio, nem recordação pelos nossos Mortos e nem saudade pela cruz de guerra aposta na Bandeira do R. I. 20.

Pobre terra e pobre gente! E ainda para maior azar, do local destinado pelo Município ao monumento dos Mortos da Grande Guerra, roubaram ou retiraram a taboleta.

A que terá obedecido tal desaparecimento? A roubo? A malvez? A falta de luz? A ordens superiores?

Como exista nesta cidade uma Delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, chamamos a sua atenção para este último caso.

E' intolerável que se brinque com coisas que merecem um respeito especial, mormente quando se trata duma resolução que a cidade aplaudiu.

## O "Século," e o Angola Metrópole

Correu insistentemente que, no passado dia 13 do corrente, os integérrimos Juizes que tem estado à frente das investigações do Angola Metrópole pediram procedimento judicial contra o "Século," pela doutrina difundida no seu editorial dessa data.

Ainda bem, sabido como é que os escrúpulos do "Século," são nenhuns, e que calúnia, vilipêndia, quem pretender opôr-se-lhe.

Parecia-nos já tarde; mas, vá lá, porque... chegou.

O seu a seu dono, como as culpas a quem de direito.

## Diz-se...

...Que o mentor dessa coisa que para aí está é o Rocha dos Santos — o jarrão monárquico que serviu Sidónio Pais e que depois se queria oferecer para servir a monarquia dos 25 dias. Ele e só ele.

\*  
...Que a proposta para a estrada da Citânia não foi redigida pela sr.ª D. Economia.

Bem nos queria parecer... O autor da grotesca proposta para as casas económicas era e é incapaz de parir tão correcto arrazoado.

O diabo foi o encontro com o sr. dr. João Antunes Guimarães, que trouxe muita luz para o caso.

## Comemoração da Batalha de S. Mamede

A reunião magna na Sociedade Martins Sarmento

A Comemoração terá o apoio das entidades oficiais? Desde já se promete para melhor oportunidade, aos leitores do nosso jornal a critica serena e justa do que se está passando a volta do assunto.

A Comissão de representantes da Imprensa que há dias tomou a si o encargo de fazer despertar energias e forçar a actividade dos vimaranenses para que a comemoração da Batalha de S. Mamede, um dos factos de maior relevo da nossa história pátria, se torne em realidade, resultando honrosa para nós e digna das nossas tradições gloriosas, promoveu uma reunião magna das entidades e das individualidades de maior destaque no nosso meio, reunião que se efectuou, com invulgar concorrência, na Sociedade Martins Sarmento no passado dia 11, para tratar da referida comemoração.

Antes de relarmos o que nessa assembleia magna se passou, diremos um pouco do ambiente que a precedeu.

A Comemoração em projecto atrai as simpatias de todos os vimaranenses, seja qual for a corrente politica ou o credo religioso em que militam. Republicanos, monárquicos, conservadores e radicais, religiosos e ateus, todos, qualquer que seja a sua situação social ou o maior ou menor prestigio das funções que desempenhem, todos entusiasticamente colaboram, ou devem, pelo menos, se forem dignos, se forem consciétes, se forem patriotas, dar o apoio, contribuir com o seu esforço, na medida em que for necessário, para que as festas comemorativas — que deveriam ser não só dos filhos de Guimarães, mas nacionais, tal o seu alto significado — resultem brilhantes e não envergonhem a terra onde se realizam.

Sendo assim, porque aquêle ambiente um tanto pesado, porque aquêles cochichares, aquêlas confidências, verdadeiras ou mentirosas, trocadas a meia voz antes da abertura da sessão? Porque?

Não é este o momento de dizermos o que pensamos sobre o assunto. Noutra oportunidade, no nosso próximo numero talvez, faremos largamente, e então sem quaisquer conveniências a emperarem nos a pena, a critica serena, mas para alguns contundente, de tudo quanto se vem passando à volta da comemoração em projecto.

Repetimos: isso fica para depois. Reconsiderando, melhor pensamos uns, Oxalá que, melhora outros, todos saibam cumprir os seus deveres, fazendo com que não tenhamos de nos vermos forçados a estigmatizar certos atitudes. Tão elevado objectivo, como é o da comemoração da Batalha de S. Mamede, deve fazer com que todos se deixem guiar mais pelos interesses gerais do que pelos próprios.

E adiante... Expostos pelo sr. Eugénio Vaz Vieira, redactor principal do nosso estimado colega «O Conquistador», os objectivos da reunião, e depois de lido pelo mesmo sr. um discurso muito literário e patrió-

tico, exaltando a ideia da comemoração da Batalha de S. Mamede e salientando a importância histórica deste, foram convidados os representantes da Imprensa a ocupar os lugares junto da presidência. Entre elles encontrava-se o sr. Tomás Rocha dos Santos, que, como é do dominio público, é há tempos brilhantissimo e redactor dum jornal lisboeta, e os sr. Jerónimo Sampaio, João de Deus Pereira, José Roriz, Dr. José Santos e A. L. de Carvalho.

A seguir, e de pois de lido um officio do sr. Acipreste, no qual S. Ex.ª dava a sua adesão à ideia em marcha, foi dada a palavra ao sr. A. L. de Carvalho, que, num discurso interessante a que a falta de espaço impede que façamos a referência merecida, falou com brilhantismo da necessidade da realização das festas comemorativas da Batalha de S. Mamede, do alto significado histórico desta, do dever que todos os vimaranenses — a começar pelas entidades officiais — tinham de tudo fazer, embora com sacrificios, para que as festas atinjam o maior brilhantismo. A hora que passa, embora imponha compressão de despesas, não impõe compressão de patriotismo, e hoje, mais do que nunca, é necessário colher ensinamentos das lições que nos fornece a História, única mestra que pode dar-nos consciéncia civica e, por consequência, patriotismo — esta ideia, se não interpretamos mal, a ideia geral do discurso de S. Ex.ª.

Fez depois o sr. Dr. José Pinto Rodrigues, uma pergunta ao sr. presidente, mas foi duma infelicidade a toda a prova, pois que o sr. Dr. João Rocha dos Santos, muito exaltado, avermelhado e quasi iracundo, deu mostras de não concordar, representando otimamente de *procurador-abafarete*...

O incidente, um tanto picaresco, não alterou o andamento dos trabalhos. Todos acordaram em que se devia trabalhar muito a sério para effectivar a comemoração.

Digamos agora em que consistiu o incidente referido: — perguntado ao sr. presidente se a Câmara havia resolvido já alguma coisa sobre o assunto e se da resolução a assembleia poderia tomar conhecimento, dado que para elucidá-la estava presente um membro da digna edilidade, o sr. presidente não soube responder e o dito membro ainda meos. Foi isto e nada mais. Os comentários ficam para depois...

A sessão foi encerrada depois de lida uma carta do meretissimo juiz da comarca, dando o seu apoio à iniciativa dos representantes da Imprensa.

Nós, como de resto todos os que a ela assistiram, ficamos sem saber o melhor.

Saber-se-há brevemente. Para finalizar: oxalá todos saibam cumprir o seu dever!

O 8.º Centenário da  
Batalha de S. Mamede

(Nota oficiosa)

Na qualidade de Delegado da Imprensa, que promoveu a Reunião Magna do dia 12 do corrente, na qual foi unanimemente votada a nomeação da Grande Comissão do 8.º Centenário da Batalha de S. Mamede, constituída pelas Entidades ali indicadas, com a aprovação da Assembleia, comunico á Cidade de Guimarães que, não tendo comparecido á reunião marcada, no dia 12, para as 21 horas de hoje, os representantes da Camara Municipal, Sociedade Martins Sarmento e Associação Comerciál e Industrial de Guimarães, os Membros presentes, que faziam parte dessa Comissão, resolveram por unanimidade considerar dissolvida a Grande Comissão.

Guimarães, 13 de Abril de 1928.

Eugenio da Costa Vaz Vieira.

A Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães e a comemoração do 8.º centenário da Batalha de S. Mamede

(Nota oficiosa)

Havendo-se reconhecido a necessidade de criar entre nós uma organização associativa que, estranha a diferenciações de classes, divergencias politicas ou religiosas, seja possivelmente o laço unitivo entre todos os vimaranenses, levando-os, numa coordenação de pontos de vista, á acção profícua da defesa e propaganda da cidade e concelho, — mormente naquelas conjunturas em que o não cumprimento desse dever representa uma formal abdicação dos nossos brios colectivos, — foi criada, no dia 29 do preterito, sob a base legal de um estatuto, a *Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães*.

O seu primeiro acto, o mais oportuno, e como manifestação clara do objectivo que se propõe, foi reconhecer como *imperiosa obrigação cívica dos vimaranenses* o celebrar condignamente a comemoração do 8.º centenário da Batalha de S. Mamede, que se passa em Junho, *deliberando pois tomar o encargo de realizar a patriótica celebração centenária, na entusiástica convicção de que não lhe faltará a colaboração do Estado, da imprensa do país, das corporações locais e do povo bom desta terra — terra que legitimamente se orgulha de ser o berço da nacionalidade, e não o olvidará jámais!*

Guimarães, 15 - Abril - 1928.

Pela Comissão Organizadora,

A. L. de Carvalho.

## Asilo de Santa Estefânia

Donativos oferecidos, durante o mês de Março de 1928, pelos Benfeitores Ex.<sup>mos</sup> Srs.:

Simão da Costa Guimarães, 50000; Anónimo, 7500; D. Maria Henriqueta de Melo Sampaio, para melhorar o jantar das asiladas, 100000; Comissão de Assistência, 4.125000; Bento dos Santos Costa & C.<sup>ª</sup>, Ltd., 500000; Cândido José de Carvalho, sufragando a alma de sua Ex.<sup>ma</sup> Filha, Sr.<sup>ª</sup> D. Emilia de Sousa Carvalho, 50000. Total: 4.832000.

A Comissão Administrativa agradece a todos os Benfeitores o seu valioso auxilio.

Este número foi visado pela  
Comissão de censura.

## VERDADE

AOS MÁRTIRES

Há mil e tantos anos revelada,  
Por Cristo na amargura  
E's hoje o quê?  
— «A causa confirmada,  
De mais uma tortura!...» —

«Gemem aqueles que uma vez tiveram  
Esperanças no porvir,  
E justos, não souberam,  
Ao longe, ameaçadora, descobrir,  
A velha vida, cheia d'egoísmo,  
De dor e de mentira,  
O tenebroso abismo,  
Onde cáem juntas — Verdade e Ira!...»  
E nesse abismo que se chama a Vida,  
Trava-se a luta pertinaz, dorida,  
Do Justo contra o Mal;  
Ai astúcia, tirania e crime,  
Tudo o que é torpe o infeliz oprime,  
E condena, afinal,  
Os novos pouco a pouco não perdendo  
A rija intrepidez da sua idade,  
E dia a dia também vão descrendo,  
Dos frutos da Verdade.

Os velhos ensinando aos filhos vão,  
As lástimas da Vida;  
E assim caminham, procurando o Pão,  
Em luta fratricida!...

— E aqueles que hoje querem levantar  
A voz, pela Verdade;  
Aqueles que puderam escapar,  
As garras da maldade;

Aqueles que mais presam o direito,  
Do Bem e da Razão;  
Aqueles que não tem do Preconceito  
A lei —  
Esses que são?...

«Novos Cristos, talvez, desta era decadente,  
Levando-nos á luz dum sol mais resplendente;  
Ou Apost'los prégando, a multidões ingratas,  
Doutrinas mais sublimes, puras e sensatas.»  
«Odeiam do passado a negra escravatura,  
O servilismo atroz que ainda hoje dura.»  
«Amanes da Razão, amantes da Justiça,  
Aquele os arrebatou e esta os enfeitou.»  
«Só o Direito os leva ao nobre cumprimento  
De tão alta missão; apenas um intento  
Seus passos encaminha, seu animo sustem:  
— A crença num Futuro de Verdade e Bem!...»

«O seu fim é dizer a toda a Humanidade,  
Que resurja da treva para a Claridade.  
A Claridade, sim!... A Claridade santa,  
A luz que é nossa vida, a luz que se levanta,  
Num horizonte novo, de socego infundo,  
E dá as gerações calor que as vai remindo.»  
«Seu fim, aos povos ensinando, aos ignorantes,  
Tudo o que é belo e justo; as vozes soluçantes  
De desgraçados mil, calando pela Terra;  
Seu fim é grande, é nobre, e só amor encerra!»  
Andam no mundo a agitar os povos,  
Pela doutrina do seu Ideal;  
Tambem proclamam os direitos novos  
Do Homem, num esforço colossal.

Falando dessa quadra venturosa,  
Que sobre nós um dia cairá,  
A sua voz d'esperança e revoltosa,  
Em breve os povos alevantará.  
Os povos que, mais tarde, ao relembrar  
Quem tanto trabalhou p'la Liberdade,  
Aos cárceres d'ignomia não de quebrar  
Os ferros que inda prendam a Verdade!...

Olhão, — 904.

JOSÉ VICTORINO.

## Um alvitre

Portugal passa presentemente uma das épocas mais graves, não obstante muita gente se persuadir que vivemos num mar de rosas.

Não discuto nem é proposito meu criticar este ou aquele acto remoto ou recente, que para tal tivesse contribuido, mas sim indicar a solução mais viavel e porisso mais patriótica do problema mais importante e que actualmente preocupa o governo da ditadura, cuja solução é sem duvida a vitalidade e engrandecimento de Portugal.

Ora todos os portugueses sabem, desde o mais humilde trabalhador até aos que infelizmente passam seus dias num ocio constante, que a presente situação financeira é deploravel e desesperada, sendo até a sua solução melindrosa, difficil e talvez impossivel, se não houver um bom criterio administrativo e governamental.

Não é com os alvitres, que o «Seculo» e o «Diario de Noticias», jornais das forças vivas e da moagem, desde a não realização do emprestimo transcrevem, que o problema se resolve tão rapidamente como á primeira vista parecem.

Precisa o governo, e tem fatalmente de o fazer, da cooperação dos *Valores Republicanos* para tão delicado problema, pois só assim consegue um resultado satisfatório.

Ninguem ignora que depois da Grande Guerra os países beligerantes sentiram um grande enfraquecimento economico-financeiro, enfraquecimento esse que se repercutiu mais nuns países do que noutros, e não resta duvida alguma e todos devemos concordar que foi Portugal um dos mais atingidos com tão perigosa e grave crise.

Mas a França, o país da liberdade e do sacrificio, da sciencia e das artes, ainda há bem pouco

tempo vivia numa situação bastante deploravel no campo financeiro, situação essa que foi agravada com as luctas politicas que num momento lá predominaram.

No entanto, num dado momento todas as correntes partidarias viram e reconheceram que a attitude por elas assumida seria um entrave para a resolução dum problema em que o brio nacional seria posto em cheque, e então não tiveram relutancia em chegar a um acordo, que claramente veio demonstrar mais uma vez o patriotismo dos irmãos de Victor Hugo, patriotismo que todas as nações louvaram e admiraram!

Chamaram os homens de maior envergadura no campo político, economico e financeiro, e que tendo á frente o grande democrata Poincaré, conseguiram engrandecer a Patria e dignificar a Republica.

E hoje a França impõe-se ao mundo inteiro pela sua situação desafogada, e sobretudo pela sua orientação politica baseada nos principios democraticos.

Abençoado povo francês!  
Que orgulho seria para nós portugueses, se todos aqueles que se diziam republicanos nunca tivessem perdido a noção do seu dever!

Se assim tivesse acontecido, infelizmente hoje não estavamos longe, muito longe mesmo de conseguir uma situação semelhante á da nossa irmã de armas, não obstante os males que nos perseguiram serem semelhantes aos dela, ou inferiores ainda, visto sermos um país muito mais pequeno e porisso menos difficil de administrar, pois havendo uma casa grande e outra pequena com maus governantes, a má administração ressentia-se mais na maior.

Portanto, eu creio e alvitro, que sem perda de tempo é preciso resolver eficaz e patrioticamente o grave problema que presentemente se observa no nosso país, imitando para tal fim a

resolução e gesto patriótico frances.

E porque não, se é á França que vamos buscar uma grande parte dos moldes de administração para o nosso país?

Sendo assim, é justo e prudente que sigamos o molde que melhor se adapta a situação presente, e se assim se fizer, resolvendo a questão politica duma maneira leal, justa e patriótica como em França, o problema economico-financeiro resolver-se-há, e disto estejamos todos certos, duma maneira grandiosa para o prestigio da Patria e dignificação da Republica.

Artur do Couto.

## Maus...

Um dos *escrevinhadores* do «Ecos» chama a atenção do senhor Ministro do Interior para a *abstenção* (se abstenção houve) do *funcionalismo público no acto eleitoral* e tambem se refere á *lealdade* com que este serve a Patria!

E' verdadeiramente miseravel o descaramento destes cavalheiros!! Se o não votar é um crime de *lesa-Patria*, senhores *leais servidores* do Estado, quais terão sido os mais criminosos? Serão os funcionarios monárquicos ou os republicanos?! Alem disso, seus *moralões*, apontem qual a Lei que obriga o funcionario, qualquer que seja a sua categoria, a ir votar; se a descobrirem, diremos que têm razão, mas do contrario continuaremos a afirmar que são maus...

Ao funcionario público competente, no nosso entender, o seguinte:

a) servir lealmente a Republica.  
b) acatar os deveres dos seus superiores hierárquicos qualquer que seja o *xadrez politico*.  
c) ser o mais cumpridor possível no desempenho das funções do seu cargo.

Não nos parece que nestas obri-

## A' volta dum acontecimento

O oitavo centenário da  
Batalha de S. Mamede

(Continuado do n.º anterior).

A espada de D. Afonso Henriques foi logicamente um dos mais sérios argumentos para a consumação dessa ideia nobre. Mas há que atender a um conjunto de circunstâncias que não vem ao nosso caso.

A batalha não foi o fruto duma vontade espontânea que brota de momento como a ira produzindo o inesperado. Foi antes a consequência de alguns factos que, se o leitor no-lo permite, ousamos repetir e comentar nestas columnas para regalo nosso que muito prezamos a Historia Patria. Buscaremos a semente dessa discordia enorme. Todos os que nos lêem as conhecem melhor. No entanto, resumil-as-hemos, já que no-lo permitem, para explicar mais desafogadamente um facto que anda intimamente ligado á Patria

Fernando Magno morrera, deixando um patrimonio invejavel aos seus beligerantes descendentes. Já lá ia o tempo em que o califado de Córdova se impusera pelo estrondo das armas e pelo brilho da sua opulência. De Almançor, o rancoroso sectario de Mafoma, o açoute impenitente dos cristãos, nem o espectro restava já para afugentar as armas victoriosas da Cruz.

Suprêmo destino! Esse punhado de foragidos que pôde escapar á múltipla hecatombe do Guadalete sumiu-se pelas brenhas das Astúrias, único abrigo que da patria lhe deixaram os mahometanos, desprezando talvez essa montanha inóspita. O rigor do clima exigia quasi o homem primitivo para habitar as suas cavernas. E foi daí que, reagindo, a raça visigótica se refez séculos em fora, disputando palmo a palmo a terra que fôra de seus remotos avoengos.

Os filhos de Fernando Magno não ficaram satisfeitos com as partilhas testamentarias; e ardeu rivalidade entre elles. Sancho de Castela submeteu Garcia da Galiza depois de provocar a luta com Afonso de Leão. Tentara este evita-la por meios convincentes; mas seu irmão tinha o fraco da «Idade media»: inveja e a ambição. O ouro fascinava; e o poder era um fino licôr que embriagava. E a luta foi inevitavel. Tanto, que se encontraram os dois exercitos juntos ao Carrion. Sancho foi destroçado pela eloquencia das armas. Principiava a revelar-se o génio aguerrido de Afonso VI. Mas o que esse génio não pode evitar foi o ardil do famigerado «Cid», Rui Dias de Bivar, então leal amigo de Sancho de Castela.

(Continúa).

gações esteja incluída a *de votar* e, sendo assim, onde existe o crime para aqueles que não votaram no nome do senhor General Carmona?

Pedir a applicação da Justiça para os que prevaricam está certo, mas pedir ou lembrar um *castigo* para os que cumprem integralmente os seus devêres, apenas denota ódio ou maldade, ou estupidéz ou, juntamente as três coisas... Por isso, nenhuma razão ou motivo subsiste para chamarem para este caso a atenção do senhor Ministro do Interior, que, sobre elle, e essa justiça lhe fazemos, deve pensar como nós. Mais digna da atenção de sua ex.<sup>a</sup> deve ser uma circular enviada pelo presidente do Conselho Superior da Causa Monárquica aos diferentes chefes da mesma.